

ESTUDOS EM MASCULINIDADES E AUTOCUIDADO NA LITERATURA BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

STUDIES IN MASCULINITIES AND SELF-CARE IN BRAZILIAN LITERATURE: POLITICAL AND SOCIAL IMPLICATIONS

Érika de Sousa Mendonça¹

José Breno Carvalho Curvelo²

Resumo: No Brasil, os estudos sobre masculinidades estão relacionados à compreensão dos homens como sujeitos em suas múltiplas demandas. A partir disso, esta pesquisa esteve engajada em compreender: do que tratam os estudos sobre masculinidades e se há evidências científicas de que homens são mais resistentes às práticas de autocuidado. Trata-se de uma pesquisa de levantamento bibliográfico, do tipo estado da arte, que envolve construções qualitativas, com Análise de Conteúdo. Indica que, no campo da Psicologia, os autores discutem, a partir de pontos de vista similares, acerca das masculinidades e autocuidado, relacionados a uma perspectiva acrítica dos estudos das masculinidades.

Palavras-chave: Masculinidades; Autocuidado; Psicologia.

Abstract: In Brazil, studies on masculinities are related to the comprehension of men as subjects in their multiple demands. Considering these issues, this research has been committed to understanding: what are studies on masculinities address and whether there is scientific evidence that men are more resistant to self-care practices. This is a bibliographic survey research, of the state-of-the-art kind, which involves qualitative constructions with Content Analysis. It indicates that, in Psychology, authors discuss, from a similar point of view, regarding masculinities and self-care, related to an uncritical perspective on masculinity studies.

Keywords: Masculinities; Self-care; Psychology.



ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.

1 Doutora em Psicologia – Universidade Federal de Pernambuco; Professora Adjunta – Universidade de Pernambuco; E-mail: erika.mendonca@upe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0031-3608>.

2 Bacharel em Psicologia – Universidade de Pernambuco; E-mail: psibrenocarvalho16@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7844-9368>.

Introdução

No Brasil, os estudos sobre masculinidades surgiram há cerca de 20 anos, não tendo este objeto de estudo sido, ainda, profundamente pesquisado. Ocorre que, nacionalmente, as investigações sobre gêneros e sexualidades foram, por muito tempo, direcionadas para as mulheres e a condição feminina. Esta historicidade influenciou, pois, o interesse de pesquisadores contemporâneos no campo-tema das masculinidades.

De acordo com Gama (2016), os homens, ao longo da história, foram considerados seres sem complexidade e estiveram distantes das compreensões das ciências humanas. No entanto, foi a partir dos movimentos feministas e homossexuais que os homens foram inseridos nas discussões de gênero e compreendidos como sujeitos produzidos (e produtores) em uma cultura específica e que se constroem, subjetivamente, de formas plurais.

É nesse ínterim, que se destaca, atualmente, uma preocupação em analisar como a constituição de categorias discursivas e convenções culturais, que informam a produção dos gêneros, dos sujeitos e das identidades – no caso dessa pesquisa, as masculinidades – são influenciadas não apenas por marcadores sociais, mas também por outros aspectos como as políticas públicas, as mídias, as relações de poder, as instituições, o conhecimento científico, entre outros (Caetano; Melgaço Jr., 2018).

Butler (2019), nessa direção, tece contribuições fundamentais ao estudo dos gêneros e sexualidades, e argumenta que os discursos de gênero esbarram em limites analíticos, expressos em discursos culturais hegemônicos que, baseados em estruturas binárias, fomentam a linguagem da racionalidade universal, criando verdades que são consumidas socialmente. Nesta perspectiva, conjectura-se que os discursos de gênero, também reforçadores de um modelo normativo de masculinidade, são atribuídos e assumidos por homens, influenciando comportamentos que, por sua vez, interferem na busca e na adesão de práticas de autocuidado, produzindo riscos às condições de saúde destes sujeitos.

Segundo Figueiredo (2005, p. 107), nos modelos de masculinidade idealizada “estão presentes as noções de invulnerabilidade e de comportamento de risco – como valores da cultura masculina – e a ideia de uma sexualidade instintiva e, portanto, incontrolável”. Além disso, o autor demonstra que essas noções fixas e normativas atribuem, historicamente, apenas ao feminino, o lugar das práticas de autocuidado e de busca por cuidados de saúde.

Scott (1995) argumenta, também, que o gênero se constitui a partir das relações sociais e, nesse sentido, a produção subjetiva de masculinidades se daria a partir de discursos naturalizados sobre gênero, nas diferentes instâncias sociais. E é partindo de tais perspectivas compartilhadas e instituídas que se pressupõe que os riscos assumidos por homens, a partir da ausência de autocuidado como sinal de uma masculinidade típica, interferem nas condições de saúde masculina. Neste âmbito, os comportamentos de autorrisco – como consequência de uma ausência do autocuidado – interferem na saúde masculina, reforçando comportamentos de negligência e desvalorização das práticas de cuidado.

A partir deste cenário, a pesquisa esteve engajada na busca de compreender, em estudos acadêmicos brasileiros sobre masculinidades: que tensionamentos podem ser observados na construção do masculino, no contexto brasileiro da produção científica em Psicologia? Há evidências científicas de que homens são mais resistentes a práticas de autocuidado? Problematizar-se-á, do exposto, como perspectivas socialmente construídas sobre o masculino repercutem na construção identitária e na (não)prática do autocuidado em homens.

Nesse contexto, a presente pesquisa pretendeu contribuir com os estudos sobre masculinidades no contexto brasileiro, e no campo da Psicologia, considerando as implicações de discursos reforçadores do modelo hegemônico de masculinidade nas práticas de autocuidado reproduzidas, atribuídas, e produzidas em homens.

1 Método

Realizou-se uma pesquisa de levantamento bibliográfico, do tipo estado da arte, que envolve construções qualitativas, embora considere também a expressividade quantitativa de estudos sobre determinada temática.

O estado da arte é um método de pesquisa realizado por meio de uma revisão bibliográfica sobre a produção de temáticas específicas, em áreas de conhecimento previamente definidas, e caracteriza-se por ser um estudo descritivo e analítico. Esta revisão busca identificar que teorias estão sendo construídas, o que não está em discussão e precisa ser trabalhado, quais procedimentos de pesquisa são utilizados para essa construção, que referenciais teóricos são usados para embasar as pesquisas, quais implicações políticas e sociais e qual sua contribuição científica e social (Ferreira, 2002; Romanowski; Ens, 2006).

Por outro lado, como afirma Ferreira (2002, p. 269): “um pesquisador jamais terá controle sobre seu objeto de investigação ao tentar delimitar seu corpus para escrever a história de determinada produção”, ou seja, pretendeu-se, com esta pesquisa, contar uma das histórias possíveis dos estudos sobre masculinidades e saúde no Brasil, no campo da Psicologia, pelo olhar crítico dos pesquisadores envolvidos.

Nesse sentido, desenvolveu-se um mapeamento e análise do que se produziu no eixo de estudos sobre masculinidades e saúde no Brasil, no campo da Psicologia, realizados no período de 2015 a 2021. Utilizou-se, para direcionar as buscas a serem realizadas, os descritores: “masculinidades” e “autocuidado”. As fontes de referência para realizar o levantamento dos dados foram: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Biblioteca Virtual da Psicologia (BVS-Psi), além das bases de dados Pepsic e Scielo, que concentram a publicação de artigos científicos.

O processo de levantamento de dados aconteceu, inicialmente, a partir da minuciosa leitura dos resumos dos trabalhos encontrados, em atenção às exigências deste estudo, ou seja, a discussão sobre masculinidades e saúde, e como práticas de autocuidado são compreendidas e implementadas por homens. Na sequência, foram identificados os textos com afinidades ao campo-tema em questão e, então, os trabalhos eleitos foram lidos e analisados na íntegra.

Na análise dos dados, problematizaram-se os conteúdos trabalhados nos artigos, dissertações e teses, e, assim, foi elaborada uma tabulação dos dados conforme categorização realizada pelos pesquisadores, que envolve temas recorrentes, emergentes e silenciados, como também outros aspectos teóricos e metodológicos que tangenciam os trabalhos selecionados.

Os dados foram categorizados a partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016, p. 48), segundo a qual se trata de um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter “por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens”. Nessa abordagem, o investigador tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, a partir da descrição do conteúdo. Assim, pretendeu-se, neste estudo, atingir, mediante os significantes e significados produzidos pelos estudos sobre masculinidades no Brasil, no campo da Psicologia, outros significados sobre estes estudos, de natureza acadêmica, psicológica, sociológica, política e histórica, na direção do que orienta Bardin (2016).

Justifica-se, do exposto, a utilização da Análise de Conteúdo nesta

pesquisa, por se tratar de uma abordagem de análise que busca conhecer aquilo que está por trás das palavras, acessando outras realidades, outros significados e significantes, além de correlacionar as características da linguagem com grupos sociais e medir a implicação política das produções acadêmicas. Corresponde, dessa maneira, a um caminho metodológico de análise que comunga com o que se espera dos resultados desta pesquisa.

Cabe a ressalva, porém, de que resumos com problemas de elaboração (muito curto, ausência de detalhes, incoerentes com o título ou com o texto), a variedade de resumos para o mesmo trabalho e os problemas nas palavras-chave são considerados fatores de limitação no processo de análise dos dados, como refletem Romanowski e Ens (2006). Daí a necessidade de seguirmos a leitura na íntegra dos manuscritos, para melhor mapear e compreender os temas, tal como vêm sendo trabalhados pela literatura científica.

No que tange aos aspectos éticos do estudo, vale ressaltar que o fato de não envolver sujeitos a serem pesquisados (pesquisa envolvendo seres humanos, já que se tratou de uma revisão de literatura) não exclui a necessidade de uma postura ética dos pesquisadores, estes que se comprometeram, no processo de construção e execução da pesquisa, a agir com fidelidade ao que foi encontrado, não distorcendo as informações para atender aos interesses da pesquisa, além de tratar com rigorosidade os dados, garantindo confiabilidade aos leitores, mesmo considerando-se a impossibilidade de uma análise completamente neutra, haja vista as implicações dos pesquisadores com o campo-tema em foco.

2 Resultados e discussão

Utilizando os descritores “masculinidades” e “autocuidado”, nas fontes de referência citadas, no campo da Psicologia, foram encontrados 213 trabalhos científicos, considerando o recorte temporal entre 2015 e 2021. O levantamento de dados incluiu periódicos técnico-científicos, artigos, teses e trabalhos de conclusão de curso, em que, primeiramente, foram lidos os resumos de forma minuciosa e, em seguida, foram selecionados 70 trabalhos para serem lidos e analisados na íntegra. Os trabalhos foram escolhidos na medida em que foi identificada, nos resumos, alguma referência aos estudos da categoria gênero e masculinidades. Somados a esse critério, priorizaram-se os estudos os quais abordam o autocuidado em homens.

Quadro 1 - Masculinidades no campo da Psicologia, no Brasil

Indicadores de Análise	Dados Encontrados
Periodicidade	2015 a 2021
Local de Publicação	Santa Cruz do Sul; Belo Horizonte; Rio de Janeiro; São Paulo; Ribeirão Preto; Campo Grande; Belém (ou seja, mais fortemente concentrados na região sudeste brasileira).
Tipo de Publicação	Periódicos técnico-científicos, artigos, teses e trabalhos de conclusão de curso.
Principais Autores Citados	Judith Butler; Joan Scott; Medrado e Lyra; Raewyn Connell; Silvia Bleichmar; Pierre Bourdieu; Michael Kimmel; Mary Spink; Paul Preciado; Michael Foucault; Valeska Zanello; Lília Blima Schraiber; Adelma Pimentel.
Principais Temas	Violência e masculinidades; Violência contra a mulher; Saúde do homem; Sexualidade masculina; Homossexualidade; Relações de gênero; Alcoolismo; Masculinidade hegemônica.

Fonte: Autoria própria (2024).

Quadro 2 - Masculinidades e autocuidado em homens

Indicadores de Análise	Dados Encontrados
Periodicidade	2015 a 2021
Local de Publicação	São Paulo; Uberaba; Minas Gerais; Campo Grande; Rio Grande do Sul; Salvador; Rio de Janeiro; Curitiba (ou seja, mais fortemente concentrados na região sudeste e sul do Brasil).
Tipo de Publicação	Periódicos técnico-científicos, artigos, teses e trabalhos de conclusão de curso.
Principais Autores	Wagner Figueiredo; Elaine Nascimento; Romeu Gomes; Ana Hemmi; Zeidi Trindade; Karen Giffin; Mirian Béccheri Cortez; Medrado e Lyra; Lília Blima Schraiber; Márcia Thereza Couto.
Principais Temas	Acesso de homens aos serviços de saúde; Discursos de gênero e cuidado em saúde de homens; Autocuidado e adoecimento dos homens; Saúde sexual masculina; Homens na atenção básica à saúde; Homens: saúde e qualidade de vida; Paternidade.

Fonte: Autoria própria (2024).

O processo de leitura e pareamento com as questões norteadoras resultou na construção de agrupamentos temáticos, que orientaram a organização e apresentação da discussão dos resultados a partir de duas grandes categorias, a saber: 1) Masculinidades - homens como sujeitos e 2) Autocuidado em

homens – uma teia de reproduções e novas produções. Seguiremos com seus debates.

Masculinidades: homens como sujeitos

Os resultados da pesquisa indicaram que cientistas no campo da Psicologia brasileira refletem masculinidades a partir de pontos de vista complementares e similares. Sendo assim, a primeira questão a ser respondida é: como esses estudos conceituam as masculinidades? Ou, em outras palavras: que sentidos de masculinidades vêm sendo produzidos na literatura acadêmica, no campo da Psicologia?

Para responder a estas perguntas, partimos da premissa de que os sentidos de masculinidades produzidos academicamente caminham lado a lado com o debate sobre gênero. Apesar disso, observou-se que poucos trabalhos se preocuparam em definir gênero. Em Rosa e Nascimento (2015), Maux e Dutra (2019), Alves *et al.* (2017), Silva e Souza (2020), Oliveira, Fontenele e Vivés (2020) e Massa, Grangeiro e Couto (2021), fica evidente a ausência de uma conceituação e reflexão introdutórias sobre gênero e, como aponta Scott (1995), a palavra gênero carrega uma utilidade política, acadêmica, social e histórica, na medida em que diferencia a prática sexual dos papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres. “Os movimentos feministas do último quarto do século XX passaram a adotar o termo gênero referindo-se à organização social entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico da palavra sexo” (Scott, 1995, p. 2).

Assim é que, para nós, uma atenta discussão e reflexão teórica e crítica sobre masculinidades requer, lado a lado, um debate sobre gênero, tendo em vista que este se constitui a partir das relações sociais e, nesse sentido, a produção subjetiva de masculinidades acontece a partir de discursos naturalizados sobre gênero.

Ainda sobre gênero, assumimos a perspectiva anunciada por Butler (2019), segundo a qual os discursos envolvidos, sejam aqueles que expressam sua liberdade ou sua fixidez, esbarram em limites analíticos. Isso acontece porque estes discursos delimitam antecipadamente as configurações possíveis, antes mesmo de a análise acontecer. De acordo com a autora: “tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como linguagem da racionalidade universal” (Butler, 2019, p. 30-31).

Essas perspectivas sinalizam o quanto as relações de gênero são complexas e estruturais, ao mesmo tempo em que estão para além dos

modelos hegemônicos que definem, em uma dimensão relacional, o que é ser homem ou mulher. Deste modo, acredita-se, com essa análise, que uma parte significativa dos trabalhos sobre masculinidades, na área da Psicologia, no Brasil, pode, de algum modo, estar conceituando masculinidade de forma redundante e acrítica, quando se limita às problemáticas que envolvem a masculinidade hegemônica e discute vagamente sobre outros modos de vivenciar as masculinidades, sem problematizá-las e ampliá-las.

Um dado quantitativo pode responder a esse cenário: quando se utilizou o descritor “masculinidade”, foram encontrados 286 trabalhos nas bases utilizadas por esta pesquisa; todavia, ao utilizar o descritor “masculinidades”, apenas 51 trabalhos foram encontrados, revelando a escassez de trabalhos que utilizam o termo masculinidades no plural. Vale ressaltar, nesse âmbito, que a crítica do presente trabalho deslegitima o reducionismo das masculinidades à masculinidade hegemônica, considerando a pluralidade das masculinidades existentes e produzidas no Brasil.

Em muitos dos trabalhos analisados, como em Silva *et al.* (2015), Andréo *et al.* (2016), Miranda e Nascimento (2018), Maux e Dutra (2019), Morais e Oliveira Filho (2019), Martins e Nascimento (2020), Pimentel *et al.* (2020), Ruiz e Tilio (2020) e Mourão e Batista (2021), os autores utilizam o conceito de masculinidade hegemônica, compreendida por Connell e Messerschmidt (2013) como uma masculinidade normativa que incorpora a forma mais honrada de ser homem, e que é entendido como um padrão de práticas que possibilitou a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres. Essas práticas estão relacionadas a comportamentos que colocam os homens no lugar de vítima da sua própria masculinidade. Desse modo, Silva (2006, p. 2) aponta que “o conceito de masculinidade hegemônica está calcado nos modelos tradicionais e dos predicativos da personalidade do homem, qual seja, machista, viril e heterossexual”. Esse modelo hegemônico de masculinidade também coloca que o homem deve apresentar agressividade, distanciamento emocional e comportamento de risco no seu dia a dia (Silva, 2006).

A partir disso, torna-se válido problematizar o conceito de masculinidade hegemônica, tecendo críticas ao reducionismo dos homens a este modelo de masculinidade e às limitações teóricas postas por este conceito. Assim, sugere-se que este é muito potente para ser utilizado como ponto de partida a um debate, contudo, reduzir o debate a ele pode ser insuficiente quando se pretende trilhar caminhos de transformação dos modelos tradicionais de masculinidades. Nessa direção, Connell e Messerschmidt (2013) sugerem que o conceito de masculinidade hegemônica seja reformulado em quatro grandes áreas: a natureza das hierarquias de gênero; a geografia das

configurações de masculinidade; o peso do social no processo de incorporação da masculinidade; e a dinâmica das masculinidades.

Em tal reformulação, os autores propõem um olhar mais integral, que reconhece a agência das masculinidades subordinadas, adotando uma estrutura analítica que distingue as masculinidades nos níveis local, regional e global, além de considerar os circuitos de incorporação social dos grupos dominantes dos homens. Todos esses processos são enfatizados para colocar, de outra maneira, a conceitualização da masculinidade hegemônica, reconhecendo não apenas a reprodução da hierarquia de gênero, mas também, de forma legítima, a democratização das relações de gênero e a abolição das desigualdades de poder (Connell; Messerschmidt, 2013).

Nesse sentido, enfatiza-se o trabalho de Medrado e Lyra (2008), no qual desenvolveram um marco teórico denominado: matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Para os autores, os estudos sobre homens e masculinidades dialogam com as produções feministas, a partir de uma matriz conceitual de gênero, situada na interface entre a produção teórica de gênero e a militância político-acadêmica-científica, baseada em diferentes referenciais teóricos que consideram “gênero” como categoria analítica, mas que têm em comum uma perspectiva crítica feminista, que reconhece a construção social que legitima e engendra o poder masculino.

O ponto de partida para refletirmos sobre o conceito de masculinidades, sob este marco conceitual, é que não existe uma masculinidade única, tampouco um modelo binário dicotômico que determina as masculinidades hegemônicas e subordinadas. Compreende-se, assim, que “tais formas dicotômicas baseiam-se nas posições de poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens particulares, que também desenvolvem relações diversas com outras masculinidades” (Medrao; Lyra, 2008, p. 824). Nesse sentido, os autores concebem os homens como sujeitos complexos e plurais, resgatando o caráter polissêmico e crítico das leituras feministas, bem como uma leitura “feminista de gênero” que, ao mesmo tempo em que compreende, está implicada em processos de mudança social, neste caso, do contexto dicotômico que impossibilita/dificulta a vivência de homens e mulheres com outras masculinidades (Medrado; Lyra, 2012).

Do exposto, torna-se importante considerar os homens seres complexos, diversos e não limitados a uma forma hegemônica de ser e de se relacionar como homens, desconstruindo visões simplistas e reducionistas. O termo “homem” no singular, por exemplo, representa uma ideia universal de homem que é limitada para abarcar essa diversidade. Em contrapartida, recorre-se ao termo “homens” no plural ou “masculinidades”, reiterando que o termo

“homens” não deve ser compreendido como sinônimo de “masculinidades”; falar de masculinidades é dialogar com as relações de gênero, nas quais homens e mulheres utilizam de atributos considerados femininos ou masculinos no engajamento de suas práticas (Gama, 2016).

Em relação aos estudos sobre as masculinidades no campo da Psicologia, autores/as como Scott (1995), Zanello (2018) e Barral (2018) apontam que os estudos de gênero e masculinidades seguiram por duas vertentes: crítica e acrítica. A primeira é engajada com a libertação do sistema gênero-sexo e do papel opressor, produzidos pelas masculinidades tradicionais; a segunda trata a masculinidade como algo natural e cristalizada em si mesma, retirando o aspecto relacional, histórico e político da categoria gênero. Nesse sentido, qual vertente orienta os estudos sobre masculinidades no campo da Psicologia brasileira?

Barral (2018) discute sobre o cenário de produções científicas de gênero e masculinidades no Brasil. Segundo o autor, a maior parte desses estudos denuncia que não é dada a devida atenção aos homens, assim, existe uma “invisibilidade masculina” que, no campo da saúde, é responsável por distanciar esses homens dos serviços de saúde, pois estão sempre buscando um ideal de masculinidade viril, forte, violenta e invulnerável.

Essa invisibilidade é problematizada, na medida em que não há investimento para se desfazer dela, então, no Brasil parece que não se fala sobre homens, mas, sim, sobre “O Homem” com “H”, de modo que não se permitem operar outras masculinidades. Nesse sentido, é preciso compreender a invisibilidade masculina como um privilégio, com efeitos nefastos, ao invés de uma opressão contra os homens, pois a própria invisibilidade se apresenta como estratégia de manutenção das masculinidades tradicionais (Barral, 2018).

Esse mesmo cenário comunga com o que encontramos em alguns trabalhos analisados na presente pesquisa, como em Rosa e Nascimento (2015), Alves *et al.* (2017), Maux e Dutra (2019), Beiras, Bronz e Schneider (2020), Martins e Nascimento (2020) e Silva, Lima e Sousa (2021), em que, ao utilizarem as teorias das masculinidades, se percebeu que os autores podem acabar reproduzindo essa lógica da “invisibilidade masculina” como opressão, e não como um privilégio masculino que apresenta efeitos nefastos, na medida em que convida as subjetividades masculinas a distanciarem-se das práticas de autocuidado. Diferente de como é compreendida a invisibilidade nos discursos feministas – que de fato dizem de uma realidade legítima de opressão, pois responde a uma rede complexa de relações de gênero que deslegitimam o poder às mulheres –, a “invisibilidade masculina” torna-se um

privilégio porque é compreendida como estratégia de manutenção do poder masculino.

Assim é que, no cenário social em que os homens detêm o poder e precisam de estratégias para a manutenção desse poder, o distanciamento das práticas de autocuidado e dos serviços de saúde pode ser visto como uma dessas estratégias, pois os homens precisam passar mais tempo trabalhando e otimizando poder, ao invés de procurarem autocuidado, por isso essa lógica de invisibilidade se torna uma falsa opressão e uma consequência problemática da hierarquia de gênero.

Também evidencia a dimensão política dos estudos sobre masculinidades no campo da Psicologia. Como afirma Kimmel (1998, p. 105), “esta questão da invisibilidade é ela mesma uma questão política: os processos que conferem o privilégio a um grupo e não a outro grupo são frequentemente invisíveis àqueles que são, deste modo, privilegiados”.

Por conseguinte, ao invés de questionarem essa invisibilidade, na qual os homens escondem os seus benefícios, boa parte dos estudos sobre as masculinidades, sobretudo no campo da saúde, acaba por cair na armadilha criada estrategicamente para manter o privilégio das hierarquias produzidas e sustentadas pela dominação masculina. Essa armadilha é posta de forma intencional, na medida em que traz consigo o desejo de assegurar a manutenção das masculinidades tradicionais.

Sendo assim, demonstra-se, com essa pesquisa do Estado da Arte dos estudos sobre masculinidades, que são escassos os trabalhos fundamentados por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades no Brasil, no escopo da Psicologia. Esse cenário indica que alguns autores ainda consideram a masculinidade cristalizada em si mesma, retirando o aspecto relacional, histórico e político da categoria gênero, tornando necessário o fomento de trabalhos implicados acadêmica, política e socialmente com as questões das masculinidades brasileiras.

Neste íterim, de acordo com o discutido, revela-se que os estudos da Psicologia sobre as masculinidades, no Brasil, estão mais próximos de uma vertente acrítica das produções de gênero e masculinidades. Este cenário é o resultado das reproduções dos discursos de gênero que disseminam compreensões limitadas e cristalizadas sobre as masculinidades que, atravessadas por estratégias de manutenção de poder, retiram o aspecto relacional, histórico e político da categoria gênero. Desse modo, novas produções são necessárias, com um olhar crítico-feminista para os estudos sobre as masculinidades, sobretudo referente ao autocuidado em homens. Particularmente no campo da Psicologia, convocam-se pesquisadores a irem

além da falsa opressão que invisibiliza os homens no acesso aos serviços de saúde, como discutiremos a seguir.

Autocuidado em homens: uma teia de reproduções e novas produções

A pesquisa realizada evidencia uma escassez de estudos sobre autocuidado em homens, no campo da Psicologia; outrossim, a maior parte dos estudos encontrados se localiza como produções das Ciências da Saúde e áreas correlatas, sobretudo no campo da enfermagem.

O autocuidado é compreendido e conceituado como uma função regulatória, que possibilita que o indivíduo desenvolva ações direcionadas à preservação da vida, da saúde e do bem-estar (Garcia; Cardoso; Bernardi, 2019). Entretanto, Neves (1987), desde a década de 1980, já discutia sobre a complexidade desse conceito, que representa mais do que a capacidade do indivíduo de realizar ações por si mesmo, problematizando as várias dimensões do conceito de autocuidado e suas implicações sociopolíticas e pessoais. Nessa perspectiva, a citada autora defende a autonomia do indivíduo na tomada de decisões em relação às práticas de autocuidado e saúde, reforçando a necessidade da congruência entre as dimensões psicológica, social, cognitiva e física do autocuidado e, desse modo, denuncia as agressões dos profissionais de saúde, quando impõem seus pontos de vista sobre o autocuidado dos pacientes.

A partir disso, percebe-se nos trabalhos analisados, como em: Hemmi, Conceição e Santos (2015), Sousa *et al.* (2016), Botton *et al.* (2017), Santos *et al.* (2017), Garcia, Cardoso e Bernardi (2019), Maia *et al.* (2019), Ruiz e Tilio (2020) e Silva *et al.* (2021), que, de fato, existe menor valorização do autocuidado pelos homens, além de que o autocuidado está relacionado a um comportamento identificado como feminino e distante do comportamento masculino, apontando que a masculinidade ainda está impregnada de uma cultura machista que coloca em um lugar de subordinação o comportamento feminino, e que reforça a hierarquia de gênero ao colocar o homem como uma espécie de máquina indestrutível, viril, forte e invulnerável.

Nessa perspectiva, os homens não procuram práticas que colaborem com a prevenção de doenças e promoção de saúde, assumindo comportamentos de risco no cotidiano, como uso abusivo de bebidas alcoólicas, sedentarismo, alimentação inadequada, tabagismo, entre outros. Ademais, esses comportamentos de risco incluem a não busca dos serviços de saúde de forma preventiva e rotineira por parte dos homens, uma vez que, historicamente,

os cuidados com a saúde remetem à fragilidade e vulnerabilidade (Garcia; Cardoso; Bernardi, 2019).

Observa-se, também, que o trabalho é priorizado pelos homens como atividade essencial para o sustento da família. Nesse sentido, se reconhecem no papel de provedores e estabelecem uma relação entre estar saudável a condições físicas que possibilitam a realização do trabalho no cotidiano (Ruiz; Tilio, 2020). Aqui, nota-se, também, que os homens compreendem o conceito de saúde como ausência de doença, e que o trabalho é o que impede a busca pelos serviços de saúde, levando-os a procurarem assistência apenas após agravamento da situação/doença. Esse cenário reluz na negligência dos homens em relação à realização de práticas de autocuidado no cotidiano (Garcia; Cardoso; Bernardi, 2019).

Dessa forma, os trabalhos acadêmicos investigados discutem que saúde e autocuidado são conceitos fundamentados em crenças de bases patriarcais, que reforçam papéis rígidos atribuídos aos homens, na intenção de disseminar, reforçar, reproduzir e diferenciar papéis masculinos de papéis femininos. Nessa compreensão, o autocuidado é visto como atributo prioritariamente feminino, e a consequência é a não busca dos homens por ações que colaboram com a prevenção de doenças e promoção de saúde (Hemmi; Conceição; Santos, 2015; Sousa *et al.*, 2016; Botton; Cúnico; Strey, 2017; Garcia; Cardoso; Bernardi, 2019; Ruiz; Tilio, 2020; Silva *et al.*, 2021).

Um importante marco político presente nos estudos sobre o autocuidado masculino é a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), em 2009, que tem como objetivo: “promover a melhoria das condições de saúde da população masculina do Brasil, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade dessa população” (Ministério da Saúde, 2009, p. 31). A PNAISH coloca em questão a atenção ao homem baseada em um modelo determinado de masculinidade, compreendendo que comportamentos socialmente construídos, que reafirmam modelos tradicionais e rígidos de masculinidades, têm influenciado o autocuidado masculino de forma insalubre, e distanciando os homens dos serviços de saúde.

Assim é que essa política tem um papel fundamental na promoção de ações em saúde para os homens, que, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (universalidade, integralidade, equidade), promove condições melhores de saúde, considerando a influência das construções sociais de gênero na saúde masculina, sobretudo, nos modelos rígidos de masculinidades (Sousa *et al.*, 2016).

Ainda sobre a PNAISH, Ruiz e Tílio (2020) apontam que, para além das barreiras sociais que afastam os homens das práticas de autocuidado e de questões relacionadas à saúde, existem barreiras institucionais, como: horário de funcionamento das unidades de saúde que coincidem com o expediente de trabalho; contexto do trabalho não receptivo às manifestações de doenças; precarização dos serviços prestados; dificuldade de agendamentos de consultas e de disponibilidade de leitos; despreparo, por parte dos profissionais, para lidar com as demandas da população masculina. Assim, para os autores, existem outras questões que interferem diretamente nesse contexto de distanciamento dos homens aos serviços de saúde.

Por outro lado, Carrara, Russo e Faro (2009) criticam o documento da PNAISH, apontando que o objetivo da implementação da política foi diminuir a resistência à medicalização, a fim de medicalizar os homens que apresentam doenças que persistem sem cuidados, o que os faz vítimas de sua própria masculinidade, haja vista as negativas ao autocuidado e medidas preventivas. Entretanto, os autores demonstram que essa questão é muito mais complexa.

A situação paradoxal de ausência de cuidado dos homens em relação à própria saúde e ao corpo revela a posição que (ainda) ocupam na hierarquia de gênero, no sentido de que os homens, ao se mostrarem invulneráveis, exercem e mantêm o poder e, nesse contexto, o preço a se pagar é uma vida mais curta e menos saudável. Então, ser vulnerável, reconhecer suas fragilidades e cuidar delas significaria, nesse cenário, abrir mão do poder masculino e se aproximar das práticas de autocuidado de corpos submissos (mulheres, homossexuais, travestis). Logo, diferente do que propõe o discurso simplista e paternalista incorporado na PNAISH, não se trata apenas de uma questão de cultura, mas de como a cultura está implicada nas relações de poder. Então, para que uma mudança cultural aconteça, é preciso que os outros corpos tenham o mesmo poder e prestígio e, para isso, é preciso que os homens reconheçam e abram mão desse lugar na hierarquia de gênero, produzindo relações de gênero igualitárias, reconhecendo e assumindo as próprias fragilidades, aproximando-se do cuidado com a sua saúde e bem-estar (Carrara; Russo; Faro, 2009).

Diante dessa teia de estudos que, por vezes, de forma acrítica produz sentidos engessados sobre as masculinidades, Schraiber, Gomes e Couto (2005) discutem sobre a relação homens-saúde, no campo da saúde coletiva, e apontam o cuidado que os estudos das masculinidades precisam ter em relação à redução das análises apenas às características associadas ao hegemônico ou ao seu polar marginalizado. Deve-se, desse modo, assumir

o compromisso de realizar uma análise complexa da relação entre homens e masculinidades, utilizando uma perspectiva analítica focada nas relações sociais e de gênero, assim, os matizes se tornam relevantes e complexos e, na compreensão das masculinidades, esse cuidado significa olhar para a masculinidade como princípio simbólico que engendra diferentes formas de se perceber no mundo.

Nessa lógica, para pensar em novas produções sobre masculinidades e autocuidado, retoma-se o marco conceitual de Medrado e Lyra (2008), que ratificam a necessidade de romper com modelos explicativos que reforçam conceitos, restringem a criatividade analítica e permitem apenas explicar como as coisas são, e não sinalizam as fissuras, as brechas, as contradições que nos fazem visualizar caminhos críticos de transformação, abrindo espaços para construções teóricas que considerem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas de gênero.

Destarte, o autocuidado, como visto, é muito mais do que ações realizadas por si mesmo, envolvendo implicações sociopolíticas e pessoais. No que tange aos estudos sobre autocuidado em homens, percebem-se estratégias de manutenção de poder, presentes nos discursos dos autores, que reproduzem o lugar de dominação dos homens na hierarquia de gênero, ao priorizarem nos estudos apenas a identificação genérica e simplista de hegemônico *versus* marginal, nas práticas de autocuidado em homens.

Por outro lado, o presente estudo demonstra a necessidade de compreender os homens como seres complexos e que assumem diferentes masculinidades e práticas de autocuidado no cotidiano, além de debater que esses modos de se posicionar no mundo recebem influências não apenas culturais, mas também políticas, implicadas nas relações de poder cotidianas. Nessa lógica, as novas produções que pretendem promover transformações sociais nas relações de gênero, e que visam problematizar o contexto de distanciamento dos homens em relação às práticas de autocuidado, precisam trilhar caminhos crítico-discursivos, que trabalhem o reconhecimento de uma realidade atravessada por privilégios, vivida e assumida por homens, cuja consequência pode ser, também, a ausência de saúde para si mesmos.

3 Conclusões

De acordo com o discutido, a categoria gênero implica relações complexas e que não são suficientes, quando empreendidas análises apenas explicativas sobre as masculinidades, sem uma amplitude crítica nos modos de percebê-las e debatê-las. Com isso, a presente pesquisa aponta que os estudos sobre as masculinidades, no campo da Psicologia, no Brasil, precisam se implicar ética e politicamente com a libertação do sistema gênero-sexo e do papel opressor produzido pelas masculinidades hegemônicas, ampliando os debates até então empreendidos.

Na direção do que defendemos, implicar-se significa adentrar nas nuances complexas das relações de poder inerentes ao debate de gênero, que revelam também como os discursos de gênero, que tratam as masculinidades como uma masculinidade cristalizada, afetam relacionalmente as mulheres e reproduzem sentidos limitados que não sustentam a pluralidade de masculinidades assumidas, de diferentes modos, pelos homens.

Ainda, no que tange aos estudos sobre masculinidades e autocuidado em homens, encontrou-se um escopo teórico que legitima discussões de gênero acríticas, quando colocam os homens em um lugar de invisibilidade no acesso aos serviços de saúde. Evidencia-se, desse modo, a necessidade de olhar para a categoria gênero e para as masculinidades, reconhecendo as nuances culturais, relacionais e políticas que, como uma das consequências, distanciam os homens dos serviços de saúde.

De modo complexo, tal trajetória revela, pois, aspectos sociopolíticos que operam no desejo dos homens em se manterem invulneráveis no poder. Portanto, torna-se preciso o fomento de novas produções, principalmente no campo da Psicologia, que considerem a dimensão singular das masculinidades, incluindo os diferentes modos subjetivos de assumi-las, e como isso implica nas práticas de autocuidado em homens, além de acatarem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas.

Referências

- ALVES, R.; FREIRE, A.; OLIVEIRA, J.; GONÇALVES, D.; FERNANDES, T. O perfil de saúde de homens jovens universitários. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 37, n. 93, p. 353-374, 2017.
- ANDRÊO, C.; PERES, W.; TOKUDA, A.; SOUZA, L. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 46-67, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRAL, D. de C. **Os estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- BEIRAS, A.; BRONZ, A.; SCHNEIDER, P. de F. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 29, n. 68, p. 61-75, 2020.
- BOTTON, A.; CÚNICO, S. D.; STREY, M. N. Diferenças de gênero no acesso aos serviços de saúde: problematizações necessárias. **Psicologia da Saúde**, v. 25, n.1. p.67-72, 2017.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAETANO, M.; MELGAÇO JR., P. **De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.
- CARRARA, S.; RUSSO, J.; FARO, L. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. Rio de Janeiro: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p.659-678, 2009.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Florianópolis: **Estudos Feministas**, n. 1, v. 21. p. 241-282, 2013.
- FERREIRA, N. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 257-272, 2002.
- FIGUEIREDO, W. Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-109, 2005.

GAMA, J. F. de A. “**Né homem não?**” – Retratos das masculinidades: entre as singularidades e a hegemonia. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GARCIA, L. H. C.; CARDOSO, N. de O.; BERNARDI, C. M. Autocuidado e Adoecimento dos Homens: uma revisão integrativa nacional. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 11, n. 3, p. 19-33, 2019.

HEMMI, A. P. A.; CONCEIÇÃO, J. A. da; SANTOS, D. D. M. Representações sociais de homens sobre saúde e doença: contribuições para o cuidado. **Revista Enfermagem**, v. 5, n.1, p.1457-1468, 2015.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

MAIA, H.; ALVAIA, M.; CARNEIRO, J.; XAVIER, A.; BESSA JÚNIOR, J.; CARVALHO, E. Acesso de homens com doença falciforme e priapismo nos serviços de emergência. **BrJP**, v. 2, n. 1, jan-mar, 2019.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. Um estudo de Inspiração Fenomenológico-Hermenêutico Sobre a Infertilidade Masculina. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 492-512, 2019.

MARTINS, A. M.; NASCIMENTO, A. R. “Eu não Sou Homem Mais!”: masculinidades e experiências de adoecimento por câncer da próstata. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 2, 2020.

MASSA, V. C.; GRANGEIRO, A.; COUTO, M. T. Profissionais de saúde frente a homens jovens que buscam profilaxia pós-exposição sexual ao HIV (PEPSexual): desafios para o cuidado. **Interface**, São Paulo, 2021.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Florianópolis: **Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.

MEDRADO, B.; LYRA, J. O gênero dos/nos homens: linhas de uma proto-genealogia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2579-2588, 2012.

A Compreensão de masculinidade em discursos de profissionais de Unidades Básicas de Saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 155-167. **MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Princípios e Diretrizes. Brasília, DF, 2009.**

MIRANDA, G. R. de; NASCIMENTO, A. R. A. Masculinidades em Trânsito: Processos Identitários de Motoboys em Belo Horizonte – MG. Ribeirão Preto: **Trends Psychol.**, v. 26, n. 2, p. 637-651, 2018.

MOURÃO T. H. R. Q.; BATISTA, K. S. A. Grupo “diálogos de paz”: atuação intersetorial junto a homens autores de violência contra as mulheres. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 30, n. 70, p. 93-107, 2021.

MORAIS, L.; OLIVEIRA FILHO, P. de. A Compreensão de masculinidade em discursos de profissionais de Unidades Básicas de Saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 155-167, 2019.

NEVES, E. P. Reflexões acerca dos conceitos auto-cuidado e competência/poder para o auto-cuidado. **Revista USP**, São Paulo. v. 21, n. 3, p. 235-241, 1987.

OLIVEIRA, L.; FONTENELE, L.; VIVÉS, J. O que Schreber ensina sobre a masculinidade na psicose? **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, p. 37-52, 2020.

PIMENTEL, A.; DINIZ, C.; VALE, K.; BELUCIO, F. Homens em atendimento psicológico na Atenção Básica em Belém do Pará. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Minas Gerais, v. 13, n. 3, 2020.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROSA, L.; NASCIMENTO, A. Representações sociais de bebida alcoólica para homens universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p.3-19, 2015.

RUIZ, J.; TILIO, F. Análise do discurso sobre gênero e cuidados em saúde de homens internados num hospital. *Psicologia Política*. **Associação Brasileira de Psicologia Política**, v. 20, n. 47, p. 132-148, 2020.

SANTOS, E.; FIGUEIREDO, G.; MAFRA, A.; REIS, H.; LOUZADO, J.; SANTOS, G. Saúde dos homens nas percepções de enfermeiros da estratégia saúde da família. **Revista APS**, v. 20, n. 2, p. 231-238, 2017.

SILVA, S. G. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia e Ciência**, Brasília, v. 26, n. 1, 2006.

SILVA, F.; SILVA, F.; TAVARES, E.; OLIVEIRA, H.; NEVES, A.; SILVA, I. Atenção psicossocial a homens autores de violência conjugal contra a mulher: uma construção participativa. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n.1, 2015.

SILVA, J.; LIMA, M.; ELIAS, B; SILVA, N. Percepções sobre o autocuidado masculino: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 2076-2077, 2021.

SILVA, A.; LIMA, P.; SOUSA, M. Corpo e envelhecimento: a vivência do papel social do homem idoso com doença cardiovascular crônica. Rio de Janeiro: **Revista SBPH**, v. 24, n.1, 2021.

SILVA, C.; SOUZA, L. Masculinidades e violências: narrativas de vida de jovens em conflito com a Lei. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Minas Gerais, v. 13, n. 3, 2020.

SOUSA, A.; QUEIROZ, A. FLORENCIO, R.; PORTELA, P.; FERNANDES, J.; PEREIRA, A. Homens nos Serviços de Atenção Básica à Saúde: repercussões da construção social das masculinidades. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 30, n. 3, p. 1-10, 2016.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SCHRAIBER, L.; GOMES, R.; COUTO, M. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p.7-17, 2005.

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: **Appris**, v. 1, 2018.

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em setembro de 2024.